



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

Contrato de Prestação de Serviços nº. 12/2014, celebrado entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho – **SETRAB** e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - **DIEESE**, nos termos do Padrão nº 02/2002.  
Processo nº. 430.000.807/2013.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes**

O Distrito Federal, por meio da **Secretaria de Estado de Trabalho - SETRAB**, doravante denominada Contratante, representada por **Wagner Rodrigues de Sousa**, brasileiro, domiciliado nesta capital, RG: 1174197 SSP/DF e CPF: 480.408.941-15, na qualidade de Secretário de Estado de Trabalho, com delegação de competência previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e o **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE**, doravante denominada Contratada, CNPJ 60.964.996/0001/87, com sede na Rua Aurora, 957 – 1º andar – Centro, CEP: 01.209-001 - São Paulo/SP, representado por **Clemente Ganz Lúcio**, brasileiro, casado, sociólogo, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Cardoso de Almeida, nº 1165, apto 113 – CEP: 05.013-001, RG 54.270.960-0 SSP/SP, CPF: 298.827.029-53, na qualidade de PROCURADOR.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência, fls. 650/700, da Proposta de fls. 770 a 807, da Justificativa de Dispensa de Licitação 937 a 950, baseada no inciso XIII, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de pesquisa socioeconômica domiciliar para a realização da Renovação da Amostra da PED/DF (elaboração do plano Amostral), Elaboração do Cadastro Domiciliar (listagem dos endereços), Controle de qualidade/checagem da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal e Fornecimento dos instrumentos de Coleta e Manuais de Aplicação da PED/DF, consoante especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 937 a 950 e a Proposta de fls. 770 a 807, que passam a integrar o presente Termo.

**CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado de forma global, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – Do Valor**

O valor total do Contrato é de R\$ 915.846,62 (novecentos e quinze mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos), procedente do orçamento do Distrito Federal e repasse da União (Convênio) para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária.

Folha Nº 975  
Processo Nº 430.000.807/2013  
174906-4



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

**CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária**

6.1.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I- Unidade Orçamentária: 250.101;
- II- Programa de Trabalho: 11.333.6214.4102.0004 – Desenvolvimento do Sistema Público de Emprego – Pesquisa de Emprego e Desemprego;
- III- Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de Pessoa Jurídica;
- IV- Fonte de Recursos: 332;

6.1.2 O empenho inicial é de R\$ 364.432,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e dois reais), conforme Nota de Empenho nº. 201400364, emitida 11/08/2014, na modalidade Global.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento**

7.1.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- V – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa – PGFN e SRF).

7.1.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, estando devidamente atestada pelos Executores do Contrato.

7.1.3. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, observado as disposições do Decreto 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, conforme publicação no DODF nº 35, de 18/2/11 – Pág. 3.

7.1.3.1 Excluem-se das disposições do Subitem 7.1.3:

- I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

**CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, permitida a prorrogação, de acordo com o Inciso II, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA – Da Repactuação**

10.1 Na hipótese de prorrogação do contrato, desde que observada a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, poderá ser negociada a repactuação de preços que nunca será superior ao valor primitivo do contrato acrescido de variação dos encargos comprovadamente demonstrados.

10.2. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I – da data da assinatura do contrato, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado;

II - do efeito financeiro do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente destes instrumentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das garantias**

10.1 Por ocasião da celebração do contrato será exigida da Contratada a prestação de uma das seguintes garantias:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).

II - seguro-garantia; ou,

III - fiança bancária.

10.1.1 Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

10.1.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da Contratada, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Responsabilidade da Contratante**

12.1.1 Acompanhar e fiscalizar a implantação e o desenvolvimento do objeto do Contrato, indicando as providências para a consecução dos fins desejados sempre que necessário e em conformidade com o Termo de Referência;

12.1.2 Disponibilizar as informações e documentos solicitados pela Contratada, necessários à execução do contrato;

12.1.3 Dirimir dúvidas que porventura ocorram, redirecionando as ações para sua solução;

12.1.4 Notificar a Contratada por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

- 13.1.18 Promover a substituição dos profissionais que não atenderem e/ou não se enquadrarem às características da PED-DF, sempre que justificado e solicitado pela Secretaria de Estado de Trabalho Distrito Federal;
- 13.1.19 Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e demais despesas decorrentes da disponibilização de mão-de-obra para a prestação dos serviços objeto da contratação;
- 13.1.20 Assegurar as despesas com o pessoal empregado na execução da pesquisa, na forma de salários, encargos sociais e produtividade;
- 13.1.21 Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários ou obrigações sociais previstos na legislação social trabalhista vigente, obrigando-se a saldá-las na época própria, assim como, por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em decorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços objeto do presente Termo de Referência, direta ou indiretamente;
- 13.1.22 Cumprir com todas as obrigações sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, inclusive repouso remunerado, feriados e ponto facultativo;
- 13.1.23 Prestar contas dos serviços realizados ou em andamento, sempre que a Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal ou seu responsável pela execução técnica solicitar;
- 13.1.24 Prestar todos os serviços constantes do objeto da contratação e zelar pela sua perfeita execução nos prazos e condições pactuadas, devendo eventuais falhas serem sanadas e comunicadas a Secretaria de Estado de Trabalho do D.F.;
- 13.1.25 Comunicar à Secretaria de Estado de Trabalho Distrito Federal, por escrito, tão logo tome ciência de qualquer ocorrência que afete a execução normal dos serviços, para fins de adoção de providências visando sua regularização;
- 13.1.26 Manter em local indicado pela Contratante todos os documentos comprobatórios da execução do Contrato em boa ordem, em bom estado de conservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos à disposição da Contratante, do Governo Federal e dos organismos de controles distritais e federais;
- 13.1.27 Fornecer informações sobre o Plano Amostral da PED-DF;
- 13.1.28 Transferir as informações técnico-metodológicas necessárias à realização das tarefas de competência da empresa contratada;
- 13.1.29 Fornecer mensalmente o instrumento de coleta de dados (questionário), em número suficiente para a realização da Pesquisa;
- 13.1.30 Fornecer os manuais relativos ao levantamento de campo, em número de exemplares suficiente para atender as necessidades da equipe de Pesquisa;
- 13.1.31 Checar 30% dos domicílios do Tipo 1 (realizados) e 100% dos domicílios do Tipo 2 a 6 (respectivamente recusa, incompleto, fechado, vago e inexistente).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Subcontratação**

É vedada a Contratada, a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Alteração Contratual**

15.1.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada a modificação do objeto.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

15.1.2 A alteração de valor contratual, decorrente da repactuação dos preços, compensação ou penalização financeira, prevista no contrato bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das Penalidades.**

**Das Espécies**

16.1.1 – A Contratada quando não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) A Contratada se deixar de entregar ou apresentar documentação falsa a qualquer tempo, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumentos e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**16.2 - Da Advertência**

16.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual.

**16.3 - Da Multa**

16.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

16.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3 do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

16.3.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

16.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

16.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

16.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

16.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 16.3.1.

16.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### **16.4 - Da Suspensão**

16.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da Contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, a Contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a Contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;






GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

**CLÁUSULA VIGESÍMA QUARTA – Do Foro**

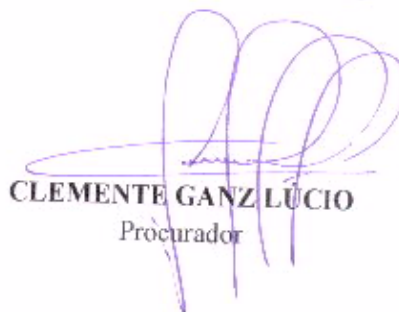
Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

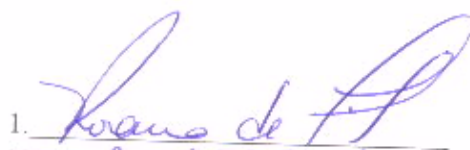
Pelo Distrito Federal:


Brasília/DF, 22 de agosto de 2014,  
  
**WAGNER RODRIGUES DE SOUSA**  
Secretário


Pela Contratada:


  
**CLEMENTE GANZ LÚCIO**  
Procurador

Testemunhas:

1.   
Nome: ROSANA DE FREITAS  
CPF nº.: 060.865.668-28

2.   
Nome: JOANA DA S. GOMES  
CPF nº. 849.923.181-15

Folha	986
Proc.	430.000.807/2013
Rubrica	 Mat 126583-0

~~Folha Nº 985~~  
~~Processo Nº 430.000.807/2013~~  
~~Assinatura~~  ~~Mat 1749064~~